

SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN MINAS GERAIS-MG

Termo de Referência 15/2025

Informações Básicas

Número do artefato UASG	15/2025	343013-SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN MINAS GERAIS-MG	Editado por	NATHALIA FREIRE AZEVEDO	Atualizado em	20/02/2026 13:12 (v 0.5)
Status	ASSINADO					

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		01514.001176/2023-56

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 01514.001176/2023-56)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de serviços técnicos especializados de conservação-restauração, com o objetivo de realizar estudos, análises laboratoriais, relatórios técnicos, aplicação de biocida, monitoramento após a aplicação deste biocida e plano de conservação relacionados ao Busto da Samaritana, elemento integrado de grande relevância artística que arremata o coroamento do Chafariz Alto da Cruz, bem tombado isoladamente pelo Iphan, localizado no Município de Ouro Preto/MG, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviços técnicos especializados de conservação-restauração, com o objetivo de realizar estudos, análises laboratoriais, relatórios técnicos, aplicação de biocida, monitoramento após a aplicação deste biocida e plano de conservação relacionados ao Busto da Samaritana, elemento integrado de grande relevância artística que arremata o coroamento do Chafariz Alto da Cruz, bem tombado isoladamente pelo Iphan, localizado no Município de Ouro Preto/MG	22969	serviço	1	R\$ 92.527,92	R\$ 92.527,92

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O objeto da contratação tem a natureza de **serviços especiais**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratados por escopo.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **9 (nove) meses** contados da **assinatura do contrato**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 26474056000171-0-000003/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 07/04/2025;

III) Id do item no PCA:15;

IV) Classe/Grupo: 964 - SERVIÇOS DE PRESERVAÇÃO E RELACIONADOS COM MUSEUS;

V) Identificador da Futura Contratação: 343013-13/2026

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se preliminarmente pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Observar a Instrução Normativa nº 01 do IBAMA, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

4.1.2. Observar a Resolução CONAMA nº 01, de 08 de março de 1990, que dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental;

4.1.3. Observar a Resolução CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005 e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe plano de acondicionamento e remoção adequados dos produtos e materiais tóxicos e/ou inflamáveis (resíduos, lixo, embalagens, etc.), os quais deverão ser encaminhados para órgãos ou entidades que recebam esse tipo de resíduo e lhe dê destinação e tratamento adequados;

4.1.4. A Contratada deverá, caso necessário, apresentar estudo de viabilidade sobre a adoção das soluções de sustentabilidade conhecidas no mercado, em busca do equilíbrio entre os valores do retorno concreto e do benefício ao meio ambiente, à luz das eventuais limitações naturais, da viabilidade econômica do investimento e das necessidades da sociedade;

4.1.5. A Contratada especificará as soluções dos serviços e produtos a serem contratados de forma ambientalmente responsável, primando pela durabilidade, economicidade, eficiência, mitigação do impacto ambiental e estabelecimento de instalações salubres para os que realizarão o serviço de intervenção no Busto da Samaritana;

4.1.6. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na fundamentação e descrição da necessidade da contratação, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (SEI nº 4748232): a concepção da intervenção e a definição de suas especificações técnicas deverão priorizar soluções que não gerem resíduos ou, pelo menos, que reduzam, tanto quanto possível, a quantidade de resíduos que serão gerados no decorrer das obras ora planejadas. Da mesma forma, deverão prever o adequado reaproveitamento ou descarte daqueles resíduos que não puderem ser evitados. Tudo isso levando em consideração a supracitada Resolução CONAMA nº 358/2005.

Subcontratação

4.2. É permitida a subcontratação parcial do objeto; nas seguintes condições: é vedada a subcontratação completa dos serviços que serão diretamente prestados pelos profissionais da equipe de trabalho proposta, inclusive a coleta de amostras, à exceção apenas das análises laboratoriais das amostras coletadas para as quais os serviços de laboratórios específicos poderão ser subcontratados.

4.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.4. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.5. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.6. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação

4.7. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor contratação.

4.8. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

- 4.8.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 4.8.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
- 4.8.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 4.8.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- 4.8.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- 4.9. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 4.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 4.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.12. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 4.12.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.13. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 4.13.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 4.13.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 4.13.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
- 4.14. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.
- 4.15. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.16. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.17. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.18. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.18.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.18.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.19. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.19.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.19.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.20. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.21. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.22. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.23. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.24. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, **de segunda à sexta-feira, das 9 (nove) às 17 (dezessete) horas.**

4.25. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia, que deverá ser agendada exclusivamente pelo e-mail <tecnica.mg@iphan.gov.br>.

4.26. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.27. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.28. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: **05 (cinco) dias da emissão da ordem de serviço.**

5.2. Descrição dos serviços e produtos pretendidos:

5.2.1. Trata-se de contratação de empresa especializada - que deverá apresentar os atestados de capacidade técnica pertinentes - para que ela própria possa conduzir e interpretar os ensaios laboratoriais para a identificação e qualificação da colonização biológica que aflige o Busto da Samaritana, para, a partir daí, definir o produto e métodos mais adequados ao tratamento desta patologia que vem sendo acompanhada ao longo dos anos pelo Escritório Técnico do Iphan em Ouro Preto, em seguida monitorar os resultados desta aplicação em curto prazo e em paralelo elaborar plano de conservação para o Bem Cultural com cuidados e procedimentos em médio e longo prazos.

5.3. A contratação contará com as seguintes etapas:

5.3.1. **Etapas I: Levantamento macro do estado de conservação do Bem Cultural, considerando fissuras e microfissuras presentes, e realização de relatório/estudo comparativo com dados levantados em anos anteriores.**

5.3.2. **Etapas II: Realização de estudos preliminares: levantamento, documentação e caracterização das colonizações de micro-organismos, incluindo coleta de amostras para análises laboratoriais, e caracterização do material pétreo, a fim de definir o melhor curso de tratamento relativo à aplicação do biocida a ser definido.**

5.3.3. O documento técnico/descritivo a ser apresentado para as Etapas I e II (vias digitais em PDF e arquivos abertos/editáveis), deverá conter as seguintes informações:

5.3.3.1. Identificação e conhecimento do Bem Cultural: estudo atento e criterioso sobre o bem integrado, conduzido sob diversos aspectos (dados históricos, características técnicas e artísticas, qualidades formais e estéticas e etc.), visando a melhor identificação possível e documentação do objeto a ser conservado, incluindo aí as questões de apropriação por parte de grupos sociais. Este tópico objetiva também compreender os significados do objeto ao longo do tempo e o atual, conhecer a sua evolução e, principalmente, os valores pelos quais ele é reconhecido como Patrimônio Cultural;

5.3.3.2. Documentação fotográfica: apresentar documentação fotográfica colorida, nítida, com clareza de detalhes, resolução mínima de 600 DPI, com legenda ilustrativa dos dados apresentados textualmente nas etapas de análises iconográfica, iconológica, estilística e de identificação de materiais e da técnica construtiva, bem como do diagnóstico. As fotografias devem contemplar todas as faces visíveis do Bem Cultural e seus detalhes relevantes (estado de conservação, exames e testes realizados etc.). Quando couber, devem ser inseridos elementos que possibilitem verificar a escala da imagem fotografada (régua de calibração);

5.3.3.3. Diagnóstico: visa estabelecer um quadro minucioso e detalhado do estado de conservação do Bem Cultural, e, quando cabível, do ambiente no qual está inserido, considerando seus aspectos físicos e estéticos, o que permitirá a definição dos critérios conceituais e técnicos da intervenção, tendo em vista a sua correção, reparação e consolidação, com o objetivo final de preservação;

5.3.3.4. Mapa de danos: representação ampla de todos os danos identificados no bem integrado e para tanto poderão ser utilizados recursos textuais, fotográficos, plantas, croquis e outros que se julgar cabíveis para o esclarecimento das informações, considerando fissuras e microfissuras presentes, e realização de relatório/estudo comparativo com dados levantados em anos anteriores;

5.3.3.5. Caracterização do material pétreo: relato da metodologia e resultados resultados obtidos, interpretados por profissionais especializados;

5.3.3.6. Levantamento, documentação e caracterização das colonizações de micro-organismos: relato da metodologia e resultados resultados obtidos, interpretados por profissionais especializados, tanto no que se refere a análises não destrutivas quanto à coleta de amostras, indicando as descobertas significativas, comprovação ou eliminação de hipóteses.

5.3.3.6.1. A identificação da colonização biológica presente no bem deverá subsidiar a escolha do biocida com maior eficácia no combate aos micro-organismos identificados. A decisão sobre o biocida a ser aplicado deverá ser fundamentada nos resultados da análise microbiológica, considerando a especificidade dos agentes biológicos presentes e os parâmetros técnicos de desempenho dos produtos testados. A escolha final deverá ser justificada técnica e cientificamente, com apresentação comparativa dos testes realizados, métodos aplicados, resultados obtidos e razões que motivaram a seleção do produto proposto para aplicação.

5.3.3.7. Proposta de intervenção: envolve o conjunto de ações necessárias para caracterizar a intervenção, determinando soluções, definindo usos e procedimentos de execução, os quais deverão ser abordados técnica e conceitualmente. Tem como objetivo o melhor desenvolvimento da proposta, verificação de hipóteses, o adequado acompanhamento, avaliação e orientação pelos órgãos competentes, viabilizar a discussão com os diversos técnicos e setores envolvidos no processo. São o conjunto de informações a serem disponibilizadas no projeto: detalhamento dos procedimentos indicados para a intervenção de conservação; especificação dos materiais (biocida) a serem utilizados relacionando-os à degradação identificada, aos estudos preliminares e ao resultado desejado, respeitando a compatibilidade com os constituintes da obra, dentre outras consideradas como relevantes.

5.3.3.7.1. Ressalta-se que a proposta de intervenção deverá ser previamente apresentada, analisada e aprovada por esta Autarquia, antes de sua realização, conforme estabelece o art. 17 do Decreto-Lei nº 25/1937, e deverá seguir a metodologia da publicação “Intervenções em Bens Culturais Móveis e Integrados à Arquitetura: Manual para Elaboração do Projeto” do Iphan, no que couber.

5.3.4. Etapa III: Aplicação de biocida para tratamento da infestação biológica (cujo agente químico será definido pelos estudos preliminares e apresentado na Proposta de Intervenção - Etapas I e II).

5.3.5. Etapa IV: Monitoramento de curto prazo da eficácia do biocida.

5.3.5.1. O documento técnico a ser apresentado para as Etapas III e IV (vias digitais em PDF e arquivos abertos/editáveis) deverá conter o detalhamento da intervenção (materiais e método) e sua eficácia, e outras informações relevantes, a partir de representações textuais e fotográficas comparativas, do estado de conservação anterior pré e pós intervenção.

5.3.5.2. O acompanhamento/monitoramento deverá ocorrer na seguinte periodicidade, após a aplicação do biocida: 24 horas, 30 dias, 60 dias e 90 dias. O documento a ser entregue deverá conter informações sobre os quatro momentos supracitados de acompanhamento.

5.3.6. Etapa V: Identificação dos riscos aos quais o Bem Cultural está submetido e o desenvolvimento e consolidação de um plano de monitoramento e conservação preventiva.

5.3.6.1. O documento técnico a apresentado para a Etapa V (vias digitais em PDF e arquivos abertos /editáveis) deverá conter o estabelecimento de um plano de monitoramento e conservação preventiva para o Bem Cultural, relacionando-o aos riscos aos quais ele está submetido, com base nos dados coletados e documentados através das pesquisas realizadas, compilando as informações de características técnicas, de estado de conservação, vulnerabilidade aos danos aos quais os bens está submetido e de critérios técnicos apropriados para possíveis intervenções, no sentido de promover ações

preventivas na intenção de identificar e estabilizar a evolução em danos existentes, e no caso de intervenção posterior, que os riscos sejam controlados e minimizados, considerando sempre a mínima intervenção como princípio balizador.

5.4. Todos os produtos deverão ser elaborados de acordo com as normas técnicas da ABNT e entregues em vias digitais abertas e em PDF (CD, DVD, links para download ou pen drive), acompanhados de uma carta de encaminhamento e uma listagem completa de todos os documentos;

5.4.1. Todos os arquivos deverão ser salvos em formato editável e em PDF. Os arquivos digitais de imagem deverão ser salvos em formato JPG. Os arquivos digitais de texto deverão ser salvos em formato DOC, XLS, e PPT conforme o caso;

5.4.1. Todos os produtos entregues devem estar obrigatoriamente datados e assinados;

5.4.1. A Contratante realizará análise dos produtos entregues, emitindo Parecer Técnico, em até 30 (trinta) dias após o protocolo, nos termos da Portaria Iphan nº 420/2010, ou relatórios técnicos e ofícios, a depender da natureza dos produtos;

5.4.1. Os produtos de cada fase só serão considerados recebidos após aprovação da Contratante.

5.4.1. Cada fase dos serviços contratados corresponde a produtos a serem entregues pela Contratada, conforme detalhado neste Termo de Referência.

Serviços de conservação-restauração para o Busto da Samaritana		
Etapa	Produto	Valor
Fase 1. Levantamentos preliminares		R\$??
Etapa I	Levantamento macro do estado de conservação do Bem Cultural, considerando fissuras e microfissuras presentes, e realização de relatório/estudo comparativo com dados levantados em anos anteriores R\$??	
Etapa II	Realização de estudos preliminares: levantamento, documentação e caracterização das colonizações de micro-organismos (coleta de amostras para análises laboratoriais) e caracterização do material pétreo, a fim de definir o melhor curso de tratamento. Envio da proposta de intervenção para análise. R\$??	
Fase 2. Execução e monitoramento		R\$??
Etapa III	Aplicação de biocida para tratamento da infestação biológica (cujo agente químico será definido pelos estudos preliminares) R\$??	
Etapa VI	Monitoramento de curto prazo da eficácia do biocida R\$??	
Fase 3. Elaboração de Plano de Conservação Preventiva		R\$??
Etapa V	Identificação dos riscos aos quais o Bem Cultural está submetido e o desenvolvimento e consolidação de um plano de monitoramento e conservação preventiva para o Bem Cultural -R\$??	
Valor Total	R\$??	

5.5. Cronograma de realização dos serviços:

5.5.1. **O prazo de execução é de 07 (sete) meses, conforme o Cronograma físico-financeiro proposto, constante do Anexo I deste instrumento.**

5.5.2. As entregas dos produtos técnicos deverão ser realizadas ao final de cada fase descrita, conforme o cronograma físico-financeiro, para análise e aprovação da Contratante. Os pagamentos à contratada estarão condicionados à entrega integral dos produtos correspondentes a cada fase e à emissão de parecer técnico favorável por parte da equipe do Iphan/MG.

5.5.3. Em caso de não obtenção de parecer técnico favorável por parte da Contratante, o(s) documento(s) entregue(s) deverão ser reelaborado(s) pela Contratada, em até 10 (dez) dias, quantas vezes forem necessárias, de forma a atender integralmente às observações e exigências técnicas formuladas pela equipe do Iphan/MG.

5.5.4. A proposta de intervenção, resultante das Etapas I e II, deverá ser protocolada até o término do segundo mês de execução, a fim de viabilizar sua análise técnica no mês subsequente, em conformidade com o art. 17 do Decreto-Lei nº 25/1937. O pagamento referente a essas etapas somente será realizado após a entrega completa do produto técnico e aprovação formal pela Contratante.

5.5.5. Os documentos referentes às Etapas III e IV, que tratam da aplicação e monitoramento do biocida, deverão ser entregues ao final do período de monitoramento, após a última visita técnica prevista (90 dias após a aplicação), consolidando os resultados obtidos quanto à eficácia do tratamento. O pagamento referente a essas etapas somente será realizado após a entrega completa do produto técnico e aprovação formal pela Contratante.

5.5.6. A documentação correspondente à Etapa V, referente ao plano de monitoramento e conservação preventiva, deverá ser entregue ao final do prazo contratual. O pagamento referente a esta etapa somente será realizado após a entrega completa do produto técnico e aprovação formal pela Contratante.

5.5.7. Todos os produtos somente serão considerados recebidos após a emissão de parecer técnico favorável pela equipe do Iphan/MG, no prazo de até 30 (trinta) dias após o protocolo.

5.5.8. O início da etapa seguinte fica condicionado a aprovação dos produtos da etapa anterior, que será formalmente informada à Contratada.

5.5.9. Tendo sido informada a aprovação dos produtos de uma etapa, a Contratada iniciará a elaboração dos produtos da etapa seguinte (isso no caso em que a etapa anterior seja condicionante ao desenvolvimento da etapa seguinte), não sendo necessária a emissão de ordem específica para isso por parte da Contratante.

Cronograma Físico

Etapa	SERVIÇO	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	MÊS 7
I	Levantamento macro do estado de conservação do bem, considerando fissuras e microfissuras presentes, e realização de relatório/estudo comparativo com dados levantados em anos anteriores	X	X					
II	Realização de estudos preliminares: levantamento, documentação e caracterização das colonizações de micro-organismos (coleta de ostras para análises laboratoriais) e caracterização do material pétreo, a fim de definir o melhor curso de tratamento. Envio da proposta de intervenção para análise.	X	X	Análise Iphan /MG				
III	Aplicação de biocida para tratamento da infestação biológica (cujo agente químico será definido pelos estudos preliminares).			X				
IV	Monitoramento de curto prazo da eficácia do biocida.				X	X	X	Análise Iphan/MG
V	Identificação dos riscos aos quais o bem está submetido e o desenvolvimento e consolidação de um plano de monitoramento e conservação preventiva para o bem.						X	Análise Iphan/MG
Total por período (R\$)		R\$??	R\$??	R\$??	R\$??	R\$??	R\$??	R\$??
Total acumulado (porcentagens)		15%	30%	45%	55%	65%	75%	100%

Local da prestação dos serviços

5.6. Os serviços serão executados no Chafariz do Alto da Cruz (R. Conselheiro Quintiliano Maciel - Ouro Preto, MG, 35400-000, Brasil), sendo expressamente vedada a retirada ou deslocamento do Busto da Samaritana para qualquer outro local. A aplicação do biocida e todas as intervenções diretas no bem deverão ocorrer exclusivamente in loco, no próprio local de instalação do Bem Cultural. As dependências da Contratada poderão ser utilizadas como ponto de apoio técnico-administrativo e operacional, às suas expensas, não sendo de responsabilidade da Contratante o fornecimento de equipamentos, infraestrutura ou cessão de espaço para tais finalidades.

5.7. No caso da necessidade de autorizações para a intervenção e/ou de articulação com a Prefeitura Municipal de Ouro Preto esta deverá ficar a cargo da Contratada.

Materiais a serem disponibilizados

5.8. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, ou seja, o fornecimento de toda a estrutura operacional para a realização dos procedimentos e estudos complementares ficará a cargo da Contratada.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.9. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.9.1. A intervenção deverá levar em consideração Decreto-Lei nº 25/1937, e seu artigos 17 (que determina que as coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado); e 18 (que determina que, sem prévia autorização do Iphan, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso a multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto).

5.9.2. Também deverão ser consideradas, no que couber, a publicação “Intervenções em Bens Culturais Móveis e Integrados à Arquitetura: Manual para Elaboração do Projeto” do Iphan (SEI nº 4748069) e as portarias do Iphan nº 420/2010 (SEI nº 4748290), nº 312/2010 (SEI nº 4771744), nº 187, de 11 de junho de 2010 (4772574), e a nº 375, de 19 de setembro de 2018 (SEI nº 4748362).

5.9.3. Caberá a Contratada submeter à aprovação das autoridades competentes do projeto de intervenção, conforme art. 28 da Portaria Iphan nº 420/2010, seguindo a legislação municipal específica, no que couber.

5.9.4. As particularidades do Bem Cultural deverão ser consideradas na elaboração da proposta de intervenção, visando a preservação e a conservação dos atributos físicos que correspondem aos valores culturais que motivaram a sua proteção e que tornaram o Chafariz do Alto da Cruz Patrimônio Cultural do Brasil. Quaisquer intervenções deverão ser pautadas pelos princípios de menor impacto, reversibilidade, distinguibilidade e preservação máxima dos elementos construtivos, materiais tradicionais e decorativos originais. Atenção especial deverá ser destinada para os princípios da Portaria Iphan nº 375/2018 (SEI nº 4748362).

5.9.5. Os serviços e intervenções propostos, bem como os materiais, equipamentos, métodos e técnicas de execução deverão, tanto quanto possível, reproduzir ou respeitar aqueles originalmente utilizados, ou, na impossibilidade, recorrer a procedimentos exequíveis, recorrendo a processos e tecnologias disponíveis, tendo em consideração critérios de qualidade, durabilidade, conservação, funcionalidade, prazo de execução, economia e eficiência energética, consciência ambiental e condições constantes neste Termo de Referência, tanto para a intervenção em si mesma quanto para o desenvolvimento do plano de monitoramento e conservação preventiva para o Bem Cultural.

5.9.6. Na execução da ação no Busto da Samaritana, deverá ser levada em consideração a localização da cidade de Ouro Preto/MG e as disponibilidades de acesso a materiais e soluções tecnológicas, tanto para a instalação quanto para a manutenção das soluções propostas.

Especificação da garantia do serviço

5.10. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), será de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de conclusão dos trabalhos e da aprovação final pela Contratante. Caso ocorra recolonização biológica no bem tratado dentro desse período, a Contratada ficará obrigada a repetir, sem ônus adicional para a Administração, o serviço de aplicação de biocida, adotando os mesmos critérios técnicos utilizados na intervenção original, ou aqueles que forem recomendados pela Contratante com base em nova avaliação técnica. A nova aplicação deverá ocorrer no prazo estabelecido pela Contratante, mediante notificação formal, e estará igualmente sujeita à análise e aprovação técnica pelos órgãos competentes.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.11. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

5.11.1. A Contratada deverá, caso necessário, realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da Contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto quando solicitado pela Contratante.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.20.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.20.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.20.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto se dará por meio da elaboração de ofícios e relatórios técnicos, no caso do acompanhamento de visitas/levantamentos de campo; e através da emissão de ofícios e pareceres técnicos, nos termos da Portaria Iphan nº 420/2010, após o recebimento de cada produto indicado no item 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO deste Termo de Referência e no Cronograma físico-financeiro.

7.2. Nos regimes de execução de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação por tarefa, contratação integrada e contratação semi-integrada **será adotada sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado**, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários.

7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.3.1. não produziu os resultados acordados,

7.3.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **05 (cinco) dias**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.4.1. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.4.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.4.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.4.5. Para efeito de recebimento provisório, será considerado, para fins de faturamento, o fiscal técnico do Contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do Contrato.

7.5. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.5.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.11. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.12. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **30 (trinta) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.12.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.12.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.12.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.12.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.12.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.13. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.14. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.15. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.16. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.17. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.18. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

Vi) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.19. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.20. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.21. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.21.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.21.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.22. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.23. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.24. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.25. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.26. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.27. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA** de correção monetária.

Forma de pagamento

7.28. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.29. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.30. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.30.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.31. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.32. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **24 de setembro de 2025**.

7.33. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

- 7.34. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.35. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.36. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.37. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.38. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.39. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

- 7.40. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 7.41.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 7.42.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 7.43.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.
- 7.44.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.
- 7.45. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2. 3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **20% (vinte por cento)** a **30 % (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **20% (vinte por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **10% (dez por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **0,5% (meio por cento)** a **20% (dez por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5% (meio por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:]

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (*quinze*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. . As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.3. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

Exigências de habilitação

Habilitação jurídica

9.4. Para fins de habilitação jurídica, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

9.4.1. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.2. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.4.3. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.4. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.4.5. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.4.6. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.4.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.5. Para fins de habilitação fiscal, social e trabalhista, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

9.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

- 9.5.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.5.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.5.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.5.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.5.6. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.5.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.5.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.6. Para fins de qualificação econômico-financeira, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:
- 9.6.1. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.6.2. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.6.3. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

9.6.3.1. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação – aplicável para o contrato de escopo.**

9.6.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.6.5. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.6.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.7. Para fins de qualificação técnica, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

9.7.1. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.7.1.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

9.8. Para fins de qualificação técnico-operacional, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

9.8.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.8.2. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.8.3. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

9.9. Para fins de qualificação técnico-operacional, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

9.9.1. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.9.1.1. **Geólogo:** atestado de capacidade técnica que comprove sua experiência em análise de bens culturais ornamentais obrigatoriamente com suporte pétreo;

9.9.1.2. **Biólogo:** atestado de capacidade técnica que comprove sua experiência em trabalhos com colônias biológicas, preferencialmente sobre suporte pétreo; e

9.9.1.3. **Conservador-restaurador:** atestado de capacidade técnica que comprove sua experiência em conservação-restauração de bens culturais erigidos em pedra, especialmente em pedra-sabão. O atestado poderá ser emitido por pessoas de direito público ou privado.

9.9.1.3.1. O atestado do conservador-restaurador **deverá referir-se a bem tombado pelo Iphan ou por órgãos de proteção e preservação do Patrimônio Cultural em nível estadual (como o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA/MG, por exemplo).** Quando não diretamente emitido por estes órgãos, o atestado deverá ser **visado ou possuir manifestação oficial favorável quanto ao seu conteúdo por parte do Iphan ou do respectivo órgão de proteção e preservação do Patrimônio Cultural em nível estadual**, de forma a indicar que o serviço objeto do atestado fora executado de forma satisfatória.

9.9.2. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.9.3. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

Disposições gerais sobre habilitação

9.10. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.11. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.12. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.13. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.14. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.15. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.15.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.15.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.15.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.15.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.15.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.15.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.15.6.1. ata de fundação;

9.15.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.15.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.15.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.15.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.15.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.15.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador[A34].

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 92.527,92 (noventa e dois mil, quinhentos e vinte e sete reais e noventa e dois centavos)**, conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 40401/343013 - Superintendência do Iphan em Minas Gerais;

II) Fonte de recursos: 100 - Recursos Ordinários;

III) Programa de trabalho: 5125 - Direito a Cultura;

- IV) Ação: 20ZH - Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro;
- V) Plano Orçamentário: 0006 - Cumprimento de Ações Judiciais de Preservação de Patrimônio Histórico e Cultural Brasileiro; e
- VI) Elemento de despesa: 339039; e
- VII) PTRES: 260566

11.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Belo Horizonte, na data de assinatura eletrônica.

13. ANEXO I

TABELAS QUE DEVEM CONSTAR DA PROPOSTA

A proposta apresentada pela empresa interessada deverá conter as tabelas abaixo devidamente preenchidas, de forma clara e completa, com base no escopo descrito neste instrumento, para a análise da proposta técnica e para a avaliação de sua conformidade com os objetivos e parâmetros estabelecidos pela Administração.

Serviços de conservação-restauração para o Busto da Samaritana		
Etapa	Produto	Valor
Fase 1. Levantamentos preliminares		R\$??
Etapa I	Levantamento macro do estado de conservação do Bem Cultural, considerando fissuras e microfissuras presentes, e realização de relatório/estudo comparativo com dados levantados em anos anteriores - R\$??	
Etapa II	Realização de estudos preliminares: levantamento, documentação e caracterização das colonizações de micro-organismos (coleta de amostras para análises laboratoriais) e caracterização do material pétreo, a fim de definir o melhor curso de tratamento - R\$??	
Fase 2. Execução e monitoramento		R\$??
Etapa III	Aplicação de biocida para tratamento da infestação biológica (cujo agente químico será definido pelos estudos preliminares) - R\$??	
Etapa VI	Monitoramento de curto prazo da eficácia do biocida - R\$??	
Fase 3. Elaboração de Plano de Conservação Preventiva		R\$??
Etapa V	Identificação dos riscos aos quais o Bem Cultural está submetido e o desenvolvimento e consolidação de um plano de monitoramento e conservação preventiva para o Bem Cultural - R\$??	
Valor Total	R\$??	

Etapa	SERVIÇO	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	MÊS 7

I	Levantamento macro do estado de conservação do bem, considerando fissuras e microfissuras presentes, e realização de relatório/estudo comparativo com dados levantados em anos anteriores	X	X					
II	Realização de estudos preliminares: levantamento, documentação e caracterização das colonizações de micro-organismos (coleta de ostras para análises laboratoriais) e caracterização do material pétreo, a fim de definir o melhor curso de tratamento. Envio da proposta de intervenção para análise.	X	X	Análise Iphan /MG				
III	Aplicação de biocida para tratamento da infestação biológica (cujo agente químico será definido pelos estudos preliminares).			X				
IV	Monitoramento de curto prazo da eficácia do biocida.				X	X	X	Análise Iphan/MG
V	Identificação dos riscos aos quais o bem está submetido e o desenvolvimento e consolidação de um plano de monitoramento e conservação preventiva para o bem.						X	Análise Iphan/MG
Total por período (R\$)		R\$??	R\$??	R\$??	R\$??	R\$??	R\$??	R\$??
Total acumulado (porcentagens)		15%	30%	45%	55%	65%	75%	100%

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere a Concorrência nº...../2025, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ADENICE SOCORRO DE SOUZA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 20/02/2026 às 13:12:54.

NATHALIA FREIRE AZEVEDO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 20/02/2026 às 11:42:41.

CIBELE BROGIO SOLER DE ANDRADE

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 20/02/2026 às 11:48:15.